



FRAUDES NO INSS

Preso, Stefanutto recebia R\$ 250 mil mensais, diz PF

Ex-presidente da autarquia é detido por ordem do ministro André Mendonça, do STF. Investigação aponta que o ex-dirigente usava sua influência para facilitar esquema. Ex-ministro de Bolsonaro também é alvo da operação e terá de usar tornozeleira eletrônica

» IAGO MAC CORD

A nova fase da Operação Sem Desconto, deflagrada pela Polícia Federal (PF) em parceria com a Controladoria-Geral da União (CGU), avançou para o andar de cima de investigados pela fraude no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O ex-presidente da autarquia Alessandro Stefanutto foi preso preventivamente ontem por determinação do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), relator do caso. De acordo com as apurações, ele recebia até R\$ 250 mil mensais em propinas no esquema que fraudava descontos em benefícios de aposentados e pensionistas. Também foi alvo o ministro do Trabalho e da Previdência no governo Bolsonaro e ex-presidente do INSS José Carlos Oliveira, que terá de usar tornozeleira eletrônica. Ao todo, os agentes saíram às ruas para cumprir 63 mandados de busca e apreensão — inclusive contra parlamentares —, e 10 de prisão preventiva, além de outras medidas cautelares.

Stefanutto assumiu a chefia do INSS em julho de 2023 e foi exonerado do cargo em abril deste ano, após as primeiras fases da ação da PF apontarem fragilidades no sistema de autorizações de descontos e indícios de irregularidade na relação entre a autarquia e entidades.

Segundo relatório da investigação que baseou a nova fase da operação, Stefanutto tinha influência na Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer) e recebia propina de até R\$ 250 mil mensais utilizando empresas de fachada, como uma pizaria, uma imobiliária e um escritório de advocacia.

Ele foi citado na investigação com o codinome "Italiano". A apuração apontou que grande parte dos pagamentos foi realizada entre junho de 2023 e setembro de 2024.

"Ficou claro que, em troca de sua influência, Stefanutto recebia propinas recorrentes, utilizando diversas empresas de fachada para ocultar os valores. O valor mensal de sua propina aumentou significativamente para R\$ 250 mil após assumir a Presidência do INSS. Seus pagamentos provinham diretamente do escoamento da fraude em massa da Conafer", diz a PF.

Para os investigadores, Stefanutto exerceu "papel de facilitador" do esquema. Citou que, antes de se tornar presidente do INSS, ele foi procurador do órgão.

"Stefanutto agiu de forma decisiva em duas frentes: primeiro, facilitando juridicamente a celebração do ACT da Conafer em 2017; e, em segundo, blindando o esquema em sua função como presidente do INSS, o que resultou no aumento da propina mensal para R\$ 250 mil", concluiu a PF.

Segundo os investigadores, o pagamento de propina foi necessário para manter as fraudes de descontos não autorizados. "O pagamento de valores indevidos aos altos gestores do INSS era necessário porque, sem o apoio deles, seria impossível continuar com uma fraude de tamanha magnitude, que envolvia mais de 600 mil vítimas e gerava milhares de reclamações judiciais e administrativas", completou o relatório.

Em nota, a defesa de Stefanutto afirmou não ter tido acesso ao teor da decisão que decretou a prisão do cliente. A advogada

Ana Paula Miranda disse que vai buscar as informações que fundamentaram o decreto para tomar as "providências necessárias". Ela ressaltou a confiança "de que comprovará a inocência dele ao final dos procedimentos relacionados ao caso".

"Trata-se de uma prisão completamente ilegal, uma vez que Stefanutto não tem causado nenhum tipo de embaraço à apuração, colaborando desde o início com o trabalho de investigação", destacou.

Também foram detidos, ontem, Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-procurador-geral do INSS, e a mulher dele, Thaís Hoffmann; André Paulo Fidelis, ex-diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão; Vinícius Ramos da Cruz, presidente do Instituto Terra e Trabalho (ITT); e Tiago Abraão Ferreira Lopes, Cícero Marcelino de Souza Santos e Samuel Chrisostomo do Bonfim Júnior, ligados à Confederação Nacional dos Agricultores Familiares (Conafer). A lista de mandados de prisão inclui Antônio Carlos Antunes Camilo, o "Careca do INSS", mas ele está detido desde setembro.

Ex-ministro

Por sua vez, José Carlos Oliveira — que mudou de nome para Ahmed Mohamad Oliveira após conversão ao islamismo — assumiu a função de diretor de Benefícios do INSS, em maio de 2021, e chegou ao comando do órgão naquele mesmo ano. Deixou o posto em março de 2022, quando foi escolhido ministro do Trabalho e da Previdência pelo então presidente Jair Bolsonaro. Ele passa a usar tornozeleira eletrônica.

Entre os alvos de busca e apreensão, estavam, ainda, o deputado federal Euclydes Pettersen (Republicanos-MG) e o deputado estadual do Maranhão Edson Araújo (PSB-MA), também vice-presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBFA), uma das associações sob investigação.

Todos os alvos são suspeitos de crimes como inserção de dados falsos em sistemas oficiais, constituição de organização criminosa, estelionato previdenciário, corrupção ativa e passiva, além de atos de ocultação e dilapidação patrimonial (lavagem de dinheiro). O esquema de descontos associativos não autorizados por aposentados e pensionistas causou um prejuízo de R\$ 6,3 bilhões entre 2019 e 2024.

Ao longo da ação, foram apreendidos dinheiro em espécie, no Maranhão e em Minas Gerais, em notas de R\$ 10, R\$ 50 e R\$ 100, além de dólares americanos. A PF também apreendeu armas e munições, em Goiás e em Minas, e veículos de luxo avaliados em mais de R\$ 600 mil, em São Paulo e Brasília.

As diligências de ontem ocorreram em Goiás, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins e no Distrito Federal.

Em resposta ao escândalo, o governo federal anunciou, em julho, a devolução dos valores descontados indevidamente às vítimas. A contestação dos descontos indevidos foi prorrogada até 14 de fevereiro de 2026, e aqueles que foram prejudicados pela fraude poderão solicitar o dinheiro de volta. (Com Agência Brasil)

Jefferson Rudy/Agência Senado



Stefanutto assumiu a chefia do INSS em julho de 2023 e foi exonerado do cargo em abril deste ano

Nova fase da operação

PRESOS

Alvos de mandado de prisão preventiva



Alessandro Stefanutto
Ex-presidente do INSS (durante a gestão Lula)



Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho
Ex-procurador-geral do INSS



Thaís Hoffmann
Empresária e esposa de Virgílio



André Paulo Felix Fidelis
Ex-diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS



Antônio Carlos Antunes Camilo
Conhecido como "Careca do INSS" (um novo mandado de prisão foi expedido contra ele, que já estava detido desde setembro)



Samuel Chrisostomo do Bonfim Júnior
Ligado à Conafer



Tiago Abraão Ferreira Lopes
Diretor da Conafer. É irmão do presidente da entidade, Carlos Lopes



Cícero Marcelino de Souza Santos
Empresário ligado à Conafer



Vinícius Ramos da Cruz
Presidente do Instituto Terra e Trabalho (ITT)

OUTROS MANDADOS



Ahmed Mohamad Oliveira
(antes, José Carlos Oliveira)
Ministro do Trabalho e Previdência no governo de Jair Bolsonaro (março de 2022 a janeiro de 2023)
Medida: uso de tornozeleira eletrônica



Euclydes Pettersen
(Republicanos-MG)
Deputado federal
Medida: alvo de mandado de busca e apreensão



Edson Araújo (PSB-MA)
Deputado estadual e vice-presidente da CBPA
Medida: alvo de mandado de busca e apreensão

BENS APREENDIDOS



Dinheiro (em espécie)
Local: Maranhão
Apreensão: um cofre cheio de notas de R\$ 50 e R\$ 100. O valor não foi contabilizado
Local: Minas Gerais
Apreensão: maços com notas de R\$ 10, R\$ 50 e R\$ 100, além de dólares



Armas e munições
Local: Goiás
Apreensões: um fuzil e uma pistola
Local: Minas Gerais
Apreensões: munições e carregadores para armas de fogo



Veículos de luxo
Locais: São Paulo e Brasília
Apreensões: um Cadillac modelo Escalade, cujo preço inicial é de cerca de R\$ 600 mil, e um Ford Mustang, comercializado no Brasil a partir de R\$ 649 mil

Memória

Ex-presidentes implicados

Ex-presidente do INSS, Alessandro Stefanutto foi nomeado para o cargo em 11 de julho de 2023 pelo então ministro da Previdência Social, Carlos Lupi. À época da nomeação, Lupi não economizou nos elogios ao escolhido e chegou a dizer que ele não "se deixa dobrar por interesses menores". Antes da presidência do INSS, Stefanutto esteve à frente da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS de 2011 a 2017.

Já o também ex-presidente do INSS e ministro da Previdência no governo de Jair Bolsonaro, José Carlos Oliveira, foi aposentado pelo INSS em outubro deste ano. Oliveira, que passou a se apresentar como Ahmed Mohamad, tornou-se diretor de benefícios do INSS em maio de 2021 e foi alçado a presidente do órgão em setembro do mesmo ano. Em março de 2022, foi nomeado ministro do Trabalho e da Previdência por Bolsonaro. Também foi técnico do seguro social e ocupou a Diretoria de Benefícios do INSS. Ainda atuou como superintendente do órgão na Região Sudeste.



Trata-se de uma prisão completamente ilegal, uma vez que Stefanutto não tem causado nenhum tipo de embaraço à apuração, colaborando desde o início com o trabalho de investigação"

Trecho da nota da defesa do ex-presidente do INSS



Stefanutto agiu de forma decisiva em duas frentes: primeiro, facilitando juridicamente a celebração do ACT da Conafer em 2017; e, em segundo, blindando o esquema em sua função como presidente do INSS, o que resultou no aumento da propina mensal para R\$ 250 mil"

Trecho do relatório da PF